



Marcelino Ramos, RS, em 02 de julho de 2021.

Excelentíssimo Senhor

SÉRGIO ALEXANDRI

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Marcelino Ramos – RS

Excelentíssimo Senhor Presidente:

O Município de Marcelino Ramos, inscrito no CNPJ nº 87.613.287/0001-03, sito a Praça Padre Basso, nº 15, nesta cidade de Marcelino Ramos, vem pelo presente encaminhar para apreciação desta Casa Legislativa, em regime de urgência especial, o Projeto de Lei nº 051/2021, de 02 de julho de 2021, que “Institui o Programa Municipal de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública - REFAZ. “

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir o Programa Municipal de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública – REFAZ/MARCELINO RAMOS, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município para o exercício de 2021, como forma de incentivo à recuperação de créditos da Fazenda Pública Municipal.

Isso posto, contamos com a aprovação do referido Projeto de Lei.

Atenciosamente

VANNE MAFISSONI

Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos

PROJETO DE LEI Nº 051/2021, de 02 de julho de 2021.

Câmara Municipal de Vereadores
de Marcelino Ramos

Protocolo de Entrada nº 501/2021

Data: 05/07/2021

Agente Administrativo Técnico

Institui o Programa Municipal de Recuperação de
Créditos da Fazenda Pública - REFAZ.

VANNEI MAFISSONI, Prefeito Municipal de Marcelino Ramos,
Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, em cumprimento ao artigo 66, item I, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública – REFAZ/MARCELINO RAMOS, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município para o exercício de 2021, como forma de incentivo à recuperação de créditos da Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo único – O pedido para ingresso no REFAZ/MARCELINO RAMOS deverá ser feito **entre 01 de agosto de 2021 a 30 de novembro de 2021**.

Art. 2º - Os créditos tributários e não tributários, relativos a fatos geradores ocorridos até **31 de dezembro de 2020**, poderão ser pagos com dispensa ou redução de multas e juros, observado o que segue:

a) em pagamento único, até 30 dias após a data da adesão de que trata o Parágrafo único do Art. 1º com dispensa integral da multa atualizada monetariamente e com redução de 80% (oitenta por cento) dos juros.

b) em pagamento parcelado, não podendo a última parcela ultrapassar a data de 31 de dezembro de 2022:

I - até 08 (oito) vezes, desde que a parcela inicial seja paga na data de adesão e as demais nos meses subsequentes, com dispensa de 90% (noventa por cento) do valor da multa atualizada monetariamente e com redução de 75% (setenta e cinco por cento) dos juros;



Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos

II – até 12 (doze) vezes, desde que a parcela inicial seja paga na data de adesão e as demais nos meses subsequentes, com dispensa de 80% (oitenta por cento) do valor da multa atualizada monetariamente e com redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros;

III – até 18 (dezoito) vezes, desde que a parcela inicial seja paga na data de adesão e as demais nos meses subsequentes, com dispensa de 70% (setenta por cento) do valor da multa atualizada monetariamente e com redução de 25% (vinte e cinco por cento) dos juros.

Art. 3º - A concessão e o gozo dos benefícios previstos nesta Lei, ficam condicionados:

I – à apresentação de requerimento no qual conste a relação dos débitos fiscais e não fiscais para os quais é solicitado o benefício;

II – aos créditos tributários e não tributários objeto de litígio administrativo ou judicial, que haja, em relação a cada débito fiscal objeto do benefício, expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso, bem como desistência dos já interpostos, formalizados nos autos dos respectivos processos, com pagamento antecipado dos honorários advocatícios fixados pelo juiz da causa;

III – aos créditos tributários e não tributários objeto de litígio judicial, que seja realizado o pagamento de custas, emolumentos e demais despesas processuais, em prazo fixado pelo juiz da causa e dos honorários advocatícios.

Parágrafo Único – Os benefícios concedidos nesta lei somente serão homologados mediante vista e assinatura de **TERMO DE CONFISSÃO DE DEBITOS E PARCELAMENTO**, junto ao Setor Tributário, que especifique detalhadamente o total da dívida incluindo seus acréscimos legais, os descontos e forma de pagamento.

Art. 4º - O atraso no pagamento de duas parcelas consecutivas ou não atendimento de quaisquer condições do artigo 3º será causa de cancelamento do acordo e a perda dos benefícios previstos nesta Lei.

Parágrafo único – Ocorrendo o cancelamento da moratória, o saldo devedor existente no momento da opção pelos benefícios desta Lei será recomposto, dele deduzindo-se o valor dos pagamentos efetuados com base nesta Lei, mantidos os benefícios por esta concedidos relativamente às parcelas pagas.



Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos

Art. 5º - Os créditos tributários e não tributários que estão sendo pagos através de parcelamento poderão usufruir dos benefícios desta Lei, desde que atendam o que dispõe o artigo 3º.

Art. 6º - Os benefícios concedidos por esta Lei não conferem qualquer direito à restituição ou compensação de importâncias já pagas ou compensadas.

Art. 7º- As parcelas não poderão ser inferiores a R\$ 101,00 (cento e um reais).

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, no local de costume.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO RAMOS,
em 02 de julho de 2021.


VANEI MAFISSONI,
Prefeito Municipal.